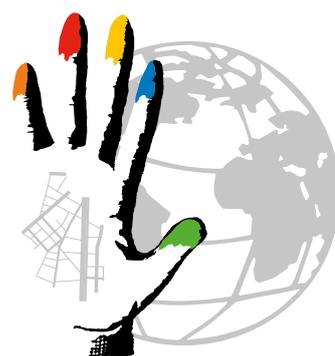


DA LEITURA DA CARTA À **CONSOLIDAÇÃO** DE UMA **CIDADE EDUCADORA**

GUIA METODOLÓGICO



International Association of
Educating Cities
Association Internationale des
Villes Éducatrices
Asociación Internacional de
Ciudades Educadoras
Associação Internacional de
Cidades Educadoras



**DA LEITURA DA CARTA
À CONSOLIDAÇÃO DE
UMA CIDADE EDUCADORA**

GUIA METODOLÓGICO

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS (AICE)

C/Avinyó 15, 4ª planta
E-08002 Barcelona
www.edcities.org

DIREÇÃO: Comité Executivo da AICE

AUTORIA:

Sheila González Motos, Professora da Faculdade de Ciências da Educação
da Universidade Autónoma de Barcelona
Marina Canals Ramoneda e Mª Ángeles Cabeza Santano, Secretariado da AICE

TRADUÇÃO: Manuela Raimundo e Paulo Louro, Gabinete Lisboa Cidade Educadora.

© **DA EDIÇÃO:** AICE

DESIGN E MAQUETAGEM: www.wayava.net

DATA DA PUBLICAÇÃO: Setembro 2019

DEPÓSITO LEGAL: B.22971-2019



Atribuição - NãoComercial - SemDerivações



Não existe uma forma única de construir uma Cidade Educadora,
contudo certas dinâmicas apresentam-se como importantes
para a sua consecução.

Neste guia apresentamos algumas orientações.

ÍNDICE

PONTO DE PARTIDA	8
Para que serve este guia?	9
O Que é uma Cidade Educadora?	9
O PROCESSO INSTITUCIONAL	10
Iniciamos?	10
Onde enquadrar a Cidade Educadora na estrutura do governo municipal?	10
Como impulsionar a coordenação entre áreas municipais?	11
De onde partimos? Diagnóstico e reflexão inicial	12
O caminho da Cidade Educadora	14
A avaliação do impacto educativo das políticas públicas	14
O TRABALHO EM REDE A NÍVEL LOCAL	16
Benefícios e desafios do trabalho em rede	16
Quando estabelecer esta rede?	17
Com que entidades contamos?	17
O trabalho conjunto e a formação	18
Avaliação dos avanços da rede	19
A VISIBILIDADE DA CIDADE EDUCADORA	20
TRABALHO EM REDE À ESCALA TERRITORIAL E INTERNACIONAL	22
Por que é importante o trabalho em rede com outros municípios?	22
Que serviços, recursos e atividades propõe a AICE?	23
As redes territoriais e as suas potencialidades	24
Congressos da AICE	25

ANEXO 1.	
REFLEXÃO INICIAL	30
ANEXO 2.	
MAPEAMENTO INTERNO DA CIDADE EDUCADORA	32
ANEXO 3.	
DIAGNÓSTICO CONJUNTO INTERNO	34
ANEXO 4.	
CHECK LIST DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS MUNICIPAIS	36
ANEXO 5.	
DIAGNÓSTICO PARTILHADO	40
ANEXO 6.	
PACTO PELA CIDADE EDUCADORA	42
ANEXO 7.	
CHECK LIST DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DA SOCIEDADE CIVIL	44
ANEXO 8.	
GRUPO DE ACOMPANHAMENTO	48
ANEXO 9.	
PERGUNTAS CHAVE PARA A CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA CIDADE EDUCADORA	54

PONTO DE PARTIDA

Os governos locais perfilam-se como a **administração de maior proximidade aos cidadãos**. Esta proximidade traduz-se num melhor conhecimento do território, das problemáticas e dos agentes do território, pelo que os governos locais são elementos chave na tomada de decisões e no desenvolvimento de políticas para melhorar o bem-estar dos cidadãos.

A **educação ao longo da vida** contribui para este bem-estar na medida em que para além de favorecer o crescimento pessoal, permite reduzir as desigualdades ou diferenças significativas entre pessoas, grupos, bairros... de uma mesma cidade.

Os governos locais, prestam serviços e desenvolvem iniciativas e programas que favorecem a formação, promoção e capacitação dos seus habitantes através de políticas de proximidade; oportunidades que os governos locais oferecem em conjunto com uma multiplicidade de entidades e organizações (educativas, culturais, sociais, económicas...). Por outro lado, numerosas decisões e políticas municipais têm um impacto educativo na sociedade, pelo que é necessário que os projetos sejam objeto de reflexão para incrementar o máximo de **potencialidades educativas existentes na cidade**.

A Carta das Cidades Educadoras constitui o guia dos governos locais que formam a **Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE)**. Consiste num manifesto que inclui um preâmbulo e vinte princípios que se baseia na Declaração Universal de Direitos Humanos e noutras convenções e declarações. Foi elaborada durante o Primeiro Congresso Internacional de Cidades Educadoras celebrado em Barcelona em 1990 e atualizada posteriormente para a adaptar a novos desafios e necessidades sociais.

Esta Carta representa o **compromisso com um modelo de cidade** regida por valores de inclusão, igualdade de oportunidades, justiça social, democracia participativa, convivência entre diferentes culturas, diálogo entre gerações, promoção de estilos de vida saudáveis e respeitadores do meio ambiente, planificação de uma cidade acessível e interconectada, cooperação e paz, entre outros aspetos. Princípios, todos eles, alinhados com a Agenda 2030 das Nações Unidas para o desenvolvimento sustentável.



PARA QUE SERVE ESTE GUIA?

O presente guia foi elaborado a partir da experiência prática, das visões, análise e observações de diferentes cidades da AICE, tendo em conta a **diversidade cultural, geográfica e a dimensão dos municípios** que a compõem.

Não existe uma forma única de construir uma Cidade Educadora, uma vez que as realidades, recursos e competências diferem entre cidades, contudo certas dinâmicas apresentam-se como importantes para a sua consecução. **Neste guia apresentamos algumas orientações** para que as cidades iniciem, renovem ou reafirmem o seu compromisso de avançar na construção de uma Cidade Educadora, para situar a educação como uma prioridade na agenda municipal e dispor de ferramentas que ajudem a consolidar os seus avanços.

O guia estrutura-se em três blocos temáticos. No primeiro, é proposta uma fase inicial de **trabalho interno** por parte do governo municipal. No segundo, aborda-se o **trabalho em rede** com a sociedade civil. Por último, o guia convida as cidades a aproveitar as potencialidades do trabalho em rede a uma **escala internacional**.

O QUE É UMA CIDADE EDUCADORA?

É aquele território que **aposta na educação como ferramenta de transformação social**, mobilizando e articulando o maior número possível de agentes educativos existentes no território. Falamos de uma educação ao longo de toda a vida que atravessa as diferentes esferas da sociedade.

Ser Cidade Educadora implica situar a **educação como eixo central do projeto de cidade, o que** implica a tomada de consciência de que as diferentes políticas e atuações que se propõem e desenvolvem a partir de diferentes instâncias e serviços municipais (como urbanismo, ambiente, mobilidade, cultura, desporto, saúde, etc.) transmitem conhecimentos e educam para determinados valores e atitudes, de forma intencional ou não.

A Cidade Educadora deve ser entendida como um **projeto de cidade** que implica uma governação em rede, que se fundamenta no diálogo e na colaboração entre o governo municipal e a sociedade civil, assim como com outras cidades do mundo.

PREÂMBULO DA CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS

“ Hoje mais do que nunca as cidades, grandes ou pequenas, dispõem de inúmeras possibilidades educadoras, mas podem ser igualmente sujeitas a forças e inércias deseducadoras. De uma maneira ou de outra, a cidade oferece importantes elementos para uma formação integral: é um sistema complexo e ao mesmo tempo um agente educativo permanente, plural e poliédrico, capaz de contrariar os factores deseducativos”.

O direito a uma cidade educadora deve ser uma garantia relevante dos princípios de igualdade entre todas as pessoas, de justiça social e de equilíbrio territorial.

Esta acentua a responsabilidade dos governos locais no sentido do desenvolvimento de todas as potencialidades educativas que a cidade contém, incorporando no seu projeto político os princípios da cidade educadora. ”

O PROCESSO INSTITUCIONAL

INICIAMOS?

Os governos locais podem ter um papel determinante sobre o futuro das comunidades que servem, contudo a sua influência será maior caso consigam adicionar o compromisso de outros atores locais. Por isso é importante iniciar o processo com uma fase de preparação interna que, posteriormente, deverá reforçar-se com o estabelecimento de uma rede de entidades e organismos presentes no território.

A construção da cidade como espaço educador requer um **impulso político inicial** que conte com o apoio das diferentes sensibilidades políticas do município. Por essa razão o processo deve iniciar-se na base de um diálogo fértil e aberto entre o governo municipal e as restantes forças políticas, tendo em vista somar apoios para que a decisão de adoção dos princípios da Carta das Cidades Educadoras e de adesão à AICE seja aprovada por **um amplo consenso**. Este consenso político servirá de garantia na manutenção de um projeto sustentado, que transcenda possíveis alterações de governo.

É também conveniente que o Plano Estratégico Municipal inclua, nas suas linhas estratégicas, as propostas que permitam avançar neste compromisso.

“ A Cidade Educadora é uma aposta em contínua construção ”



ONDE ENQUADRAR A CIDADE EDUCADORA NA ESTRUTURA DO GOVERNO MUNICIPAL?

Uma vez alcançado o consenso político, é conveniente preparar uma **estrutura mínima de funcionamento e coordenação** que possa facilitar o posterior trabalho com a sociedade civil e a estrutura interna municipal.



Trata-se de um projeto de cidade que está para além das competências de uma única área (pelouro/secretaria ou departamento). Dada esta amplitude e transversalidade, existe o risco de que nenhum/a dos e das múltiplos/as responsáveis políticos/as e técnicos/as sinta o projeto como seu. Por isso, a Cidade Educadora requer uma forte **liderança política** que dê cobertura a todo o processo para poder influenciar tanto na gestão municipal como nos agentes locais da comunidade. Neste sentido, é fundamental que o Presidente da

Câmara Municipal ou Prefeito lidere o processo para potenciar o alcance do projeto e dar coerência ao conjunto de ações que, a partir de diferentes áreas de atuação, contribuem na construção da Cidade Educadora.

A liderança política deverá poder contar com o apoio de pessoal técnico, com **competências e recursos**, que permita avançar e acompanhar o caminho da Cidade Educadora. Trata-se de garantir a comunicação com as diferentes áreas de atuação, a gestão quotidiana (acompanhamento de projetos e ações), a informação periódica ao executivo municipal, a preparação e dinamização do trabalho com a sociedade civil e a atenção das relações com a AICE, entre outras funções.

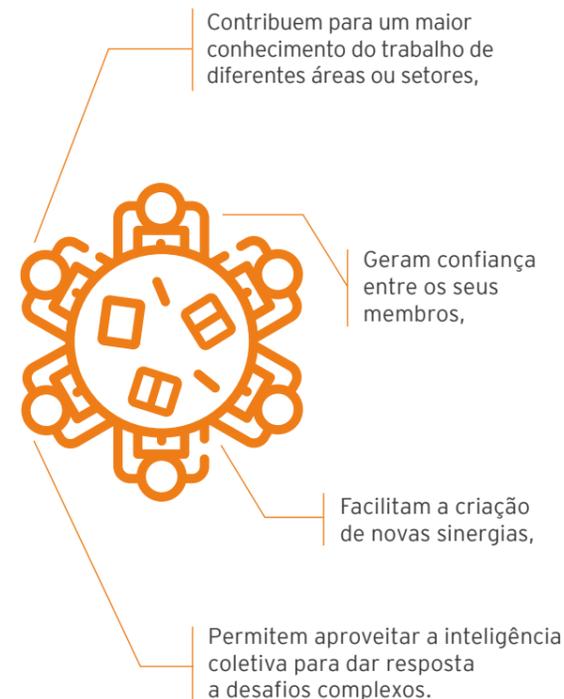
A existência desta(s) figura(s), não obstante, também envolve o **risco de que as outras áreas de atuação se desinteressem**, pelo que será necessário **recordar os benefícios associados ao trabalho transversal**: economia de esforços, melhor identificação de problemas e desafios, reflexão partilhada em torno das respostas políticas, maior capacidade para abordar os problemas em toda a sua complexidade, etc.

COMO IMPULSIONAR A COORDENAÇÃO ENTRE ÁREAS MUNICIPAIS?

Assegurar que a Educação seja a coluna vertebral da política municipal obriga-nos a abandonar enfoques mais setoriais ou fragmentados e promover um intenso trabalho em rede entre as diferentes áreas e setores do governo local. Para que tal possa acontecer é necessária a existência de espaços **de encontro em que estejam representadas todas as áreas municipais** para trabalhar de forma conjunta numa perspetiva educativa.

A criação de um **Grupo de Coordenação da Cidade Educadora** é, neste sentido, aconselhável. Constitui uma instância de compromisso institucional, onde seria conveniente a participação tanto de técnicos/as municipais, como de responsáveis políticos, uma vez que este grupo poderá ter de analisar necessidades, estabelecer prioridades, influenciar as metodologias, programas e projetos de todos os âmbitos municipais, assim como promover iniciativas conjuntas, que fortaleçam o projeto político de cidade.

Os encontros periódicos do Grupo de Coordenação:



Construir a Cidade Educadora requer, também, a **sensibilização de responsáveis políticos e técnicos** de todas as competências municipais para que a dimensão educativa seja incorporada na ação quotidiana das suas atribuições, principalmente no que respeita às áreas tradicionalmente mais distantes das questões educativas. Dada a rotação de cargos políticos e técnicos, fruto dos processos eleitorais, entre outros, esta sensibilização deve constituir uma ação contínua.

O **Grupo de Coordenação da Cidade Educadora deve ser concebido, também como uma oportunidade de aprendizagem**, onde representantes de diferentes áreas refletem conjuntamente sobre o impacto educativo das políticas e iniciativas municipais e as transferem para os seus departamentos, com o objetivo de que estas se alinhem com a Carta das Cidades Educadoras.

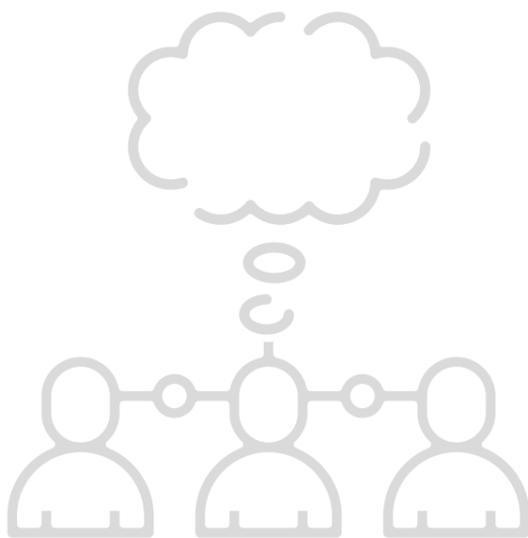
Por outro lado, o Grupo serve como **espaço de formação conjunta** para que as/os responsáveis técnicos e políticos possam introduzir melhorias nos seus programas, a partir da assessoria e acompanhamento de especialistas em diferentes áreas. Nesta mesma linha, as cidades podem também utilizar os planos municipais de formação interna para dar a conhecer o compromisso de ser uma Cidade Educadora e respetivas implicações na governança.

Apesar da importância de se estabelecer este Grupo de Coordenação, **existem alternativas organizativas** para os municípios que pela sua dimensão ou por organização interna não seja possível ou necessário criar esta instância. Como exemplo, a identificação de um elemento de ligação entre as diferentes áreas municipais pode ajudar nesta coordenação para avançar na construção da Cidade Educadora. Para isso, é necessário que cada área identifique um interlocutor, que estará em diálogo permanente com o/a coordenador/a da Cidade Educadora.

Trata-se de garantir que todas as áreas tenham conhecimento da Carta e do compromisso assumido pelo governo municipal, assim como de promover e reforçar a dimensão educativa das diferentes políticas e iniciativas municipais e de incrementar as oportunidades de coordenação entre áreas.

DE ONDE PARTIMOS? DIAGNÓSTICO E REFLEXÃO INICIAL

Incorporar o olhar educativo na planificação municipal implica prever o impacto das políticas e programas que estão em marcha e avaliar o conteúdo das iniciativas a implementar desde cada uma das áreas municipais.



A Cidade Educadora não significa uma rutura ou modificação das políticas existentes, mas sim um novo olhar sobre o que se está fazendo. Tal facto requer um **processo de reflexão inicial** por parte das áreas municipais que dêem resposta às seguintes questões:

- ? Que princípios da Carta das Cidades Educadoras trabalhamos no nosso serviço?
- ? Como os trabalhamos? (Lista de programas e projetos)
- ? Com quem contamos? (Lista de recursos, espaços e equipamentos na cidade educativos)

ANEXO 1
REFLEXÃO INICIAL

Esta reflexão inicial poderá fornecer o material necessário para a elaboração de um **mapa interno da Cidade Educadora**, ou seja, uma primeira análise do enfoque educativo na política do município.

Trata-se aqui de **analisar a contribuição para a Cidade Educadora de programas que vêm sendo desenvolvidos, potenciar o seu carácter educador e identificar em que medida existe margem para melhorar a coordenação entre áreas e a implicação de novos atores, assim como para desenvolver novas iniciativas alinhadas com os princípios da Carta.**

- ? Que objetivos educativos contemplam cada um dos programas e projetos identificados?
- ? Que alterações seriam necessárias para enfatizar ou dar visibilidade ao carácter educador do programa?
- ? Com que parceiros são desenvolvidos? (Outras áreas municipais, entidades da sociedade civil...)
- ? Poderia potenciar-se a ação transversal e multiparticipada destes programas?

ANEXO 2
MAPA INTERNO DA CIDADE EDUCADORA

ALGUNS EXEMPLOS DE PROGRAMAS QUE PODEM SURTIR NESTA PRIMEIRA REFLEXÃO:

AMBIENTE: programas de reciclagem, hortas urbanas intergeracionais, programas de poupança energética e de água, programas de promoção da utilização de energias renováveis, alternativas de mobilidade sustentável, vias recreativas...

CULTURA: programas de promoção e democratização da cultura, programas educativos de museus, bibliotecas, escolas de música e projetos musicais de bairro, programas de memória histórica, visitas guiadas a serviços municipais ou lugares patrimoniais, programa adota um monumento, residências de artistas, planificação de festas e festivais com participação cidadã, arte urbana...

DESPORTO: planos de promoção da atividade

física, programas de educação para valores através do desporto, ligas interculturais, programas de promoção do desporto em parques públicos, programas de férias desportivas, atividades desportivas para a terceira idade...

ECONOMIA: cláusulas sociais de contratação, programa de compras de produtos de proximidade ou de empresas socialmente responsáveis, programas de fomento de moeda social...

EDUCAÇÃO: programas de enriquecimento curricular, iniciativas de formação de adultos e promoção do uso das TIC, programas antibullying, programas de luta contra o abandono e insucesso escolar, escola de famílias, escolas de segunda oportunidade...

GÉNERO E DIVERSIDADE CULTURAL: campanhas de sensibilização e mobilização, programas de luta contra a violência, programas de promoção da convivência, programas de discriminação positiva na oferta de emprego municipal...

MOBILIDADE: sistema de bicicletas públicas, planos de redução da utilização de veículos privados e incremento de transporte público, plano de pedonalização do centro urbano, desenho das rotas de transporte público com preocupações de género...

PARTICIPAÇÃO: conselhos municipais de participação (crianças, jovens, seniores, pessoas com incapacidade,...), programas de promoção do voluntariado, formação para uma cidadania ativa...

SAÚDE: plano municipal de promoção da Saúde, programa de educação sexual e reprodutiva, programa de educação alimentar, programa de envelhecimento ativo, programa de prevenção de dependências...

SERVIÇOS SOCIAIS: tarifas sociais, programas de inclusão social, programas de apoio socioeducativo, programas de mediação e de justiça reparativa, programas de participação de famílias em situação de exclusão em atividades extraescolares e de lazer...

URBANISMO: desenho de parques e jardins com participação cidadã, planificação urbana com perspetiva de género, programa de adequação de espaços públicos a pessoas com mobilidade reduzida, percursos escolares, equidade na localização de equipamentos públicos...

O TRABALHO EM REDE A NÍVEL LOCAL

Como salientámos, a Cidade Educadora não é unicamente um projeto do governo municipal, mas também um projeto de cidade. Para que isso possa acontecer, é importante o apoio de todas as forças políticas, mas também a **apropriação do projeto por parte dos cidadãos e das cidadãs e das entidades do território**. É pois positivo, que o município atue não apenas como ator impulsionador e central do projeto, mas também como agente capaz de potenciar as iniciativas da sociedade civil. Trata-se de caminhar para uma nova forma de fazer política, construir uma nova governança baseada nos princípios de governo em rede e a cooperação entre atores.

O diálogo entre a sociedade civil e o governo local deve ser bidirecional e pode ser iniciado por qualquer dos agentes implicados. Para facilitar esse diálogo é importante a existência de um espaço de encontro e reflexão entre os diferentes atores do território.

É uma forma de articular **canais de participação** em que os representantes da sociedade civil podem refletir coletivamente e comprometer-se com a construção da Cidade Educadora, assim como expressar as suas preocupações e propostas. É também uma forma de contribuir para gerar vínculos interpessoais e de reforçar o sentimento de pertença ao território.

BENEFÍCIOS E DESAFIOS DO TRABALHO EM REDE

A Cidade Educadora deve ser construída, de forma transversal, a partir de uma **rede de atores, a título individual ou coletivo, que trabalhem de forma coordenada a partir de diferentes âmbitos**.

O trabalho em rede facilita a definição conjunta de objetivos e ações e a criação de parcerias, uma vez que se incrementa a corresponsabilidade graças ao estabelecimento de projetos consensualizados e de interesse mútuo. Para além disso, este trabalho conjunto tem “per si” um valor educativo: **as pessoas aprendem a escutar-se, a respeitar opiniões diferentes, a colaborar e a adotar um papel ativo na transformação da sua cidade**.

A diversidade de entidades e agentes com quem se torna necessário colaborar implica uma gestão de objetivos, interesses e tempos nem sempre coincidentes, pelo que será necessário saber escutar, gerar confiança e fazer frente às tensões que vão surgindo ao longo do processo. Porém, o trabalho em rede contribuirá para gerar capital social, confiança nos processos, metodologias e resultados e ir ganhando legitimidade.

Esta multiplicidade de atores comporta, novamente, a necessidade de **consensuar objetivos educativos** e que os valores transmitidos pelas diversas iniciativas que terão lugar na cidade incrementem a igualdade de oportunidades e a coesão social da sociedade.

BENEFÍCIOS

- Definição conjunta de objetivos
- Criação de parcerias
- Incremento da corresponsabilidade
- Aprendizagem partilhada

DESAFIOS

- Gestão de objetivos, interesses e tempos não coincidentes.
- Garantir um adequado uso do tempo para reduzir o desgaste e a insatisfação entre pessoas e entidades colaboradoras.

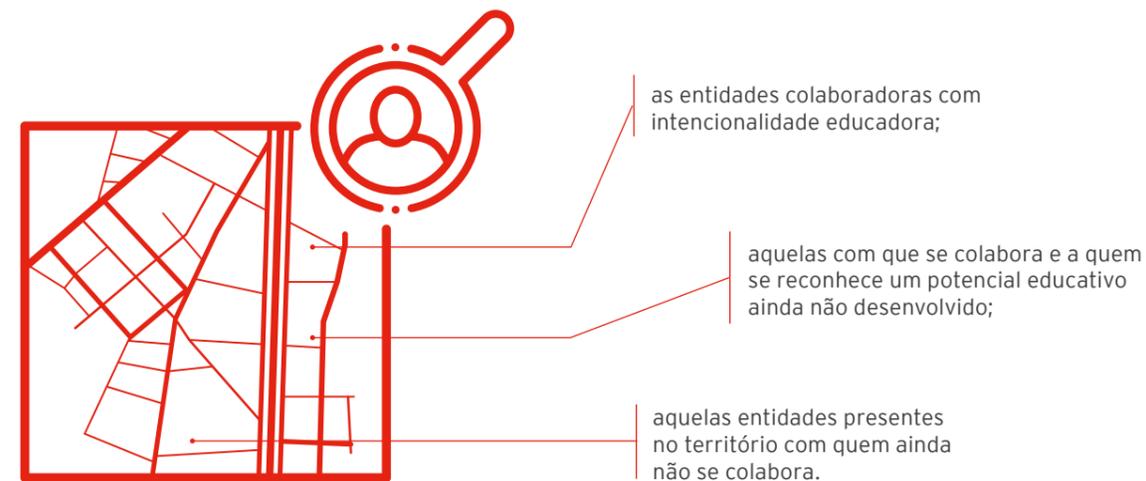
A **corresponsabilidade** dos cidadãos e cidadãs na construção deste modelo de cidade é fundamental. Trata-se de alcançar acordos, buscar soluções e que cada membro da rede de atores se comprometa.

QUANDO ESTABELECEER ESTA REDE?

O trabalho em rede com entidades da sociedade civil deve ser desenvolvido depois de, na própria instituição, terem sido assentes as bases do trabalho.

É possível, não obstante, iniciar a identificação de entidades e organizações em simultâneo com a consolidação do espaço de coordenação interna. Neste sentido, o Grupo de Coordenação pode ser utilizado como canal para o **mapeamento de atores da sociedade civil** com quem trabalhar conjuntamente, uma vez que a partir das diferentes áreas municipais se estabelecem relações de cooperação com entidades e organizações de distintos perfis.

A fase de mapeamento de programas previamente comentada (→ANEXO 2) pode dar pistas sobre as entidades que em algum momento colaboram com as distintas áreas municipais. É conveniente **identificar**:



Esta listagem há-de permitir (re)pensar possíveis dinâmicas e sinergias de colaboração.

COM QUE ENTIDADES CONTAMOS?

No trabalho de construção da Cidade Educadora há um conjunto de entidades diretamente vinculadas ao **âmbito escolar e/ou académico**: escolas, associações de estudantes, associações de pais, escolas de segunda oportunidade, universidades, centros de formação profissional, etc.

É necessário contar também com os atores **com uma consciência clara sobre a sua ação educativa**: entidades culturais e musicais, associações desportivas, de tempos livres, organizações ambientais, associações e fundações de solidariedade e ação social, centros de saúde, etc.

A Cidade Educadora deve incorporar também na sua rede um leque o mais amplo possível de entidades e organizações, cujo potencial educativo está frequentemente por desvendar e mostrar à escala local. Os meios de comunicação, o tecido empresarial ou as ordens profissionais são apenas alguns exemplos de entidades e organizações da sociedade civil indispensáveis para a construção da Cidade Educadora.

ENTIDADES QUE PODEM SER CONVOCADAS:

- » Escolas
- » Escolas de segunda oportunidade
- » Universidades
- » Associações de estudantes
- » Associações de pais
- » Entidades culturais
- » Entidades musicais
- » Associações desportivas
- » Grupos de jovens
- » Centros de tempos livres
- » Associações de mulheres
- » Associações de imigrantes
- » ONG
- » Associações de moradores
- » Sindicatos
- » Câmara de comércio
- » Meios de comunicação social local
- » Conselhos Consultivos
- » Outras



O TRABALHO CONJUNTO E A FORMAÇÃO

Uma vez identificadas as entidades, organizações ou associações e instituições com quem a administração local pode contar no seu processo de construção da Cidade Educadora, um primeiro passo é convocá-las para dar a conhecer a Carta das Cidades Educadoras e apresentar a proposta de trabalho em rede para avançar neste modelo de cidade. Uma convocatória que também se pode abrir aos cidadãos a título individual.



Elaborar, de forma conjunta, um decálogo de valores da Cidade Educadora é uma boa forma de contextualizar, à escala local os diferentes princípios da Carta, uma vez que oferece a oportunidade de

realizar uma primeira reflexão partilhada entre a administração pública e as entidades sobre o papel da educação no território.

A multiplicidade de atores e a sua diversidade, no que diz respeito a tarefas e objetivos, torna necessário a **existência de um espaço onde se reflita sobre os valores da Cidade Educadora**. Trata-se de articular espaços de encontro e mecanismos de consulta, físicos e virtuais, que permitam a **identificação dos desafios e das necessidades do município e o estabelecimento de prioridades de intervenção** (→ANEXO 5). Neste trabalho é aconselhável contar com a colaboração de universidades e peritos, já que contribuem para sistematizar a análise da realidade e definir metas a curto, médio e longo prazo.

ANEXO 5 DIAGNÓSTICO PARTILHADO



Lista de entidades que integram o Pacto



Objetivos comuns → Ações

ANEXO 6 PACTO PELA CIDADE EDUCADORA

O processo de construção da Cidade Educadora pode materializar-se no **Pacto pela Cidade Educadora**. Este pode ser um bom instrumento para estabelecer objetivos comuns, juntar esforços e gerar sinergias entre o poder público e a sociedade civil para a consecução de maiores oportunidades educativas, uma sociedade mais coesa, uma melhoria da convivência e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida no município.

Assim, este Pacto deve combinar reflexão e ações concretas e estabelecer a assunção de compromissos e responsabilidades (por parte dos diferentes atores) em benefício de objetivos comuns.

AVALIAÇÃO DOS AVANÇOS DA REDE

A complexidade e diversidade dos programas e entidades que configuram a Cidade Educadora aconselham a estabelecer protocolos de avaliação dos avanços registados.

Torna-se pois necessário estabelecer uma alocação de tarefas e um calendário de trabalho, acompanhado de um sistema de acompanhamento baseado em indicadores que permitam conhecer, por um lado, os avanços realizados e, por outro, a consonância entre objetivos estabelecidos e resultados obtidos.

O estabelecimento de grupos de trabalho mistos (município, entidades da sociedade civil, universidade, peritos e cidadãos a título individual) permite desenvolver as ações estabelecidas para cada meta, assim como realizar um acompanhamento dos avanços realizados e dos temas pendentes em cada uma das metas definidas.

ANEXO 7 AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS

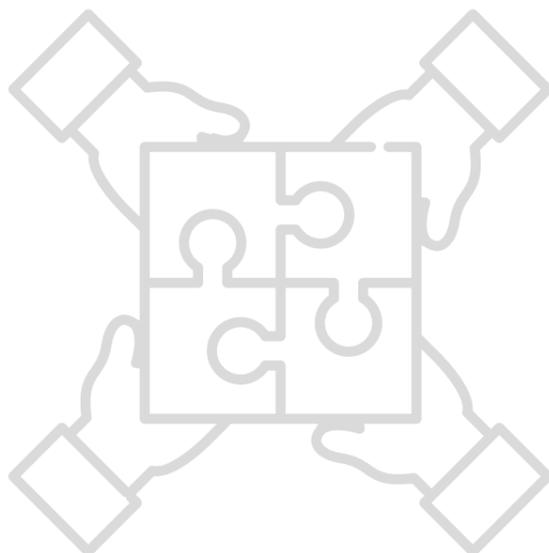
ANEXO 8 GRUPO DE TRABALHO E ACOMPANHAMENTO

TRABALHO EM REDE À ESCALA TERRITORIAL E INTERNACIONAL

POR QUE É IMPORTANTE O TRABALHO EM REDE COM OUTROS MUNICÍPIOS?

As cidades deixaram de ser unidades administrativas dependentes de entidades de governo hierarquicamente superiores (regiões e estados) para se tornarem órgãos com responsabilidades, competências e incumbências cada vez maiores. Por sua vez, os governos locais adquiriram maior protagonismo como motores da mudança social e como atores do mundo global.

Sabemos que muita da intervenção do âmbito local responde a reptos globais, não exclusivos de um território, pelo que as experiências prévias de outros contextos e a reflexão conjunta com outros municípios se apresentam como uma importante oportunidade de aprendizagem.



PREÂMBULO DA CARTA DAS CIDADES EDUCADORAS

“ A cidade educadora tem personalidade própria, integrada no país onde se situa é, por consequência, interdependente da do território do qual faz parte. É igualmente uma cidade que se relaciona com o seu meio envolvente, outros centros urbanos do seu território e cidades de outros países. O seu objetivo permanente será o de aprender, trocar, partilhar e, por consequência, enriquecer a vida dos seus habitantes. ”

QUE SERVIÇOS, RECURSOS E ATIVIDADES PROPÕE A AICE?

As cidades não estão isoladas na sua tarefa de converter a educação no eixo central do projeto de cidade, uma vez que contam com a assessoria e a atenção personalizada da AICE para a implantação dos princípios da Carta das Cidades Educadoras. As cidades têm à sua disposição um importante **acervo bibliográfico** a partir do qual podem refletir e construir o seu projeto de cidade. Nesta linha, a AICE edita publicações monográficas, que colocam a tónica em como se concretiza o conceito desde diferentes âmbitos.

Especialmente importante é o **Banco de Experiências, de acesso livre a partir do Portal da AICE** que, com mais de 500 exemplos permite ilustrar as numerosas e diversas formas como as cidades vão concretizando os princípios da Carta das Cidades Educadoras.

Com o objetivo de promover a incorporação da educação como eixo transversal da ação política, a AICE oferece às cidades associadas oportunidades de **formação** presencial ou *on-line*. Para além disso, a AICE organiza **visitas de estudo** para conhecer mais em profundidade algumas das práticas desenvolvidas pelas cidades membro.

O **Prémio Cidades Educadoras** pretende valorizar e reconhecer internacionalmente o trabalho realizado pelas cidades e inspirar outras na construção de territórios mais educadores.

AS REDES TERRITORIAIS E AS SUAS POTENCIALIDADES



Banco de experiências



Publicações e boletins



Formação



Visitas de estudo



Prémio Cidades Educadoras



Redes territoriais



Congressos internacionais e territoriais



Atenção personalizada

AS REDES TERRITORIAIS E AS SUAS POTENCIALIDADES

O artigo 29 dos Estatutos da AICE contempla a criação de **redes territoriais e temáticas** para reforçar os laços entre as cidades associadas.

Até este momento constituíram-se duas redes territoriais de carácter regional (América Latina e Asia-Pacífico), sete redes nacionais (Argentina, Brasil, Espanha, França, Itália, México e Portugal) e um grupo de trabalho para a Europa do Norte com o objetivo de troca de experiências, partilha de desafios e encontro do caminho da construção da Cidade Educadora.

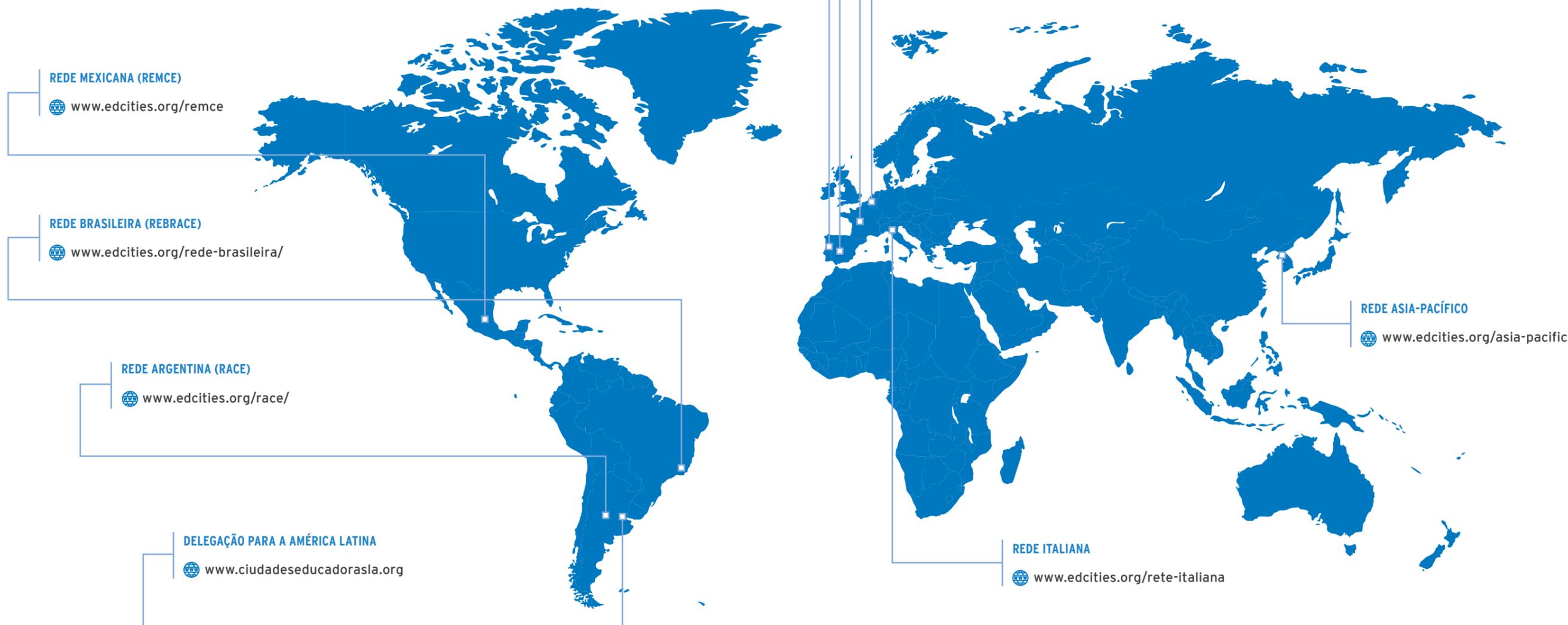
Algumas destas redes territoriais, por sua vez, propõem o trabalho em redes temáticas para aprofundar questões específicas do interesse de grupos de cidades.

Em todas as redes se realizam encontros presenciais e intercâmbios, que permitem situações de colaboração entre cidades e o diálogo com instituições nacionais e internacionais.

CONGRESSOS DA AICE

A AICE organiza cada dois anos um congresso internacional (com sede rotativa), onde são apresentados os resultados do trabalho desenvolvido pelas cidades e pelas redes.

Estes congressos constituem uma **oportunidade para aprofundar** um ou vários aspetos da Carta das Cidades Educadoras, assim como um **espaço para difundir e partilhar boas práticas**. Definitivamente os congressos são marcos de aprendizagem entre cidades e, também, impulsionadores de novas colaborações. É um dos espaços de encontro mais importantes da AICE, para o qual estão convocados todos os membros.



A partir da AICE desejamos que numerosos governos locais, por iniciativa dos seus líderes ou impulsionados pela sociedade civil, se juntem na missão de criar cidades cada vez mais educadoras e que este instrumento seja útil nesse objetivo.

Dada a diversidade cultural, geográfica, organizativa e de dimensão dos municípios, o uso deste guia deve adaptar-se a cada cidade, em função do seu percurso, características e contexto.

Como se observa, trata-se de um processo de enorme envergadura que pode construir-se com diferentes ritmos e alcances, pelo que cada avanço, ainda que modesto, pode constituir um contributo importante na construção da Cidade Educadora.

Iniciamos?



ANEXOS

ANEXO 1. REFLEXÃO INICIAL

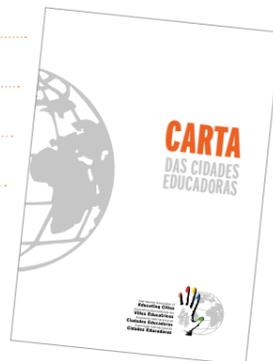
Propomos que, de forma conjunta, as equipas de trabalho de cada uma das áreas de atuação municipais (ou a estrutura organizativa do governo local) realize uma primeira reflexão sobre o contributo dessa área para a construção da Cidade Educadora.

A ideia é que, num segundo momento, esta reflexão interna de cada área de atuação se partilhe com os membros do Grupo de Coordenação e/ou com o/a coordenador/a de Cidade Educadora.

ÁREA¹:

? Que princípios da Carta das Cidades Educadoras trabalhamos na nossa área/departamento?

-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-



¹ O espaço de reflexão é variável em função da estrutura organizativa do governo local

? Como os trabalhamos?
(Lista de programas e projetos principais)

-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-

? Com que contamos?
(Lista de recursos, espaços e equipamentos na cidade potencialmente educativos)

-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-



ANEXO 2. MAPEAMENTO INTERNO DA CIDADE EDUCADORA

Partindo da base de que grande parte da atuação municipal tem um impacto educativo (mais ou menos explícito), convidamos as diferentes áreas a refletir a partir das seguintes perguntas sobre os principais programas e projetos de que são responsáveis.



-  Que objetivos educativos contemplam cada um dos programas e projetos identificados?
-  Que alterações seriam necessárias para enfatizar ou dar visibilidade ao carácter educador do programa?
-  Com que parceiros são desenvolvidos? (outras áreas municipais, entidades da sociedade civil...)
-  Poderia ser potenciada a ação transversal e multiparticipada destes programas?

É conveniente refletir sobre estas perguntas, primeiro em equipa por parte de cada área e posteriormente, partilhar estas reflexões no Grupo de Coordenação da Cidade Educadora ou com o/a coordenador/a de Cidade Educadora, com o objetivo de que o conjunto dos políticos municipais se juntem e não se subtraíam na construção das oportunidades, individuais e coletivas, de educação e inclusão social.

NOME PROGRAMA:		NÚM.:
OBJETIVO EDUCATIVO DO PROGRAMA:		CONTEMPLA A PARTICIPAÇÃO DE OUTRAS ÁREAS DE ATUAÇÃO OU ADMINISTRAÇÕES? QUAIS?
POSSÍVEIS ALTERAÇÕES/ MELHORIAS NO IMPACTO EDUCATIVO:		
LISTA DAS ENTIDADES COLABORADORAS:		
		
PODERIA SER POTENCIADA A AÇÃO TRANSVERSAL E MULTIPARTICIPADA DESTES PROGRAMAS?		

ANEXO 3. DIAGNÓSTICO CONJUNTO INTERNO



Quais são os principais desafios do município?

- 1
- 2
- 3



Como podemos contribuir para a resposta realçando a consciencialização e educação cidadã?

.....
.....
.....
.....
.....



Que programas municipais contribuem na resposta a estes desafios?

-
-
-
-
-
-
-



Que programas municipais necessitariam de se reajustar para responder melhor a estes desafios numa dimensão educativa? Ajudaria uma maior coordenação entre as diferentes áreas de atuação?

-
-
-
-
-
-



Seria necessário ou pertinente a introdução de novos programas?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....



ANEXO 4.

CHECK LIST DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS MUNICIPAIS

A avaliação dos programas e projetos permite identificar os pontos fortes da Cidade Educadora e mostra, ao mesmo tempo, a existência de pontos de melhoria. Esta ficha deve ser entendida como um instrumento de autoavaliação. As perguntas foram criadas para divulgar os aspetos de especial relevância para a Cidade Educadora, facilitando assim a tomada de consciência das áreas em que é necessário continuar a avançar e identificando algumas medidas de melhoria. Além disso, o trabalho interdepartamental a partir desta ferramenta pode aumentar o valor formativo do mesmo, aprofundar o debate e a reflexão sobre as políticas existentes.

NOME DO PROGRAMA / ATIVIDADE:

 OBJETIVOS	SIM	NÃO
Persegue um objetivo explicitamente educativo?		
Cobre algum objetivo educativo mesmo que não seja de forma explícita?		
Responde a alguns dos princípios da Carta das Cidades Educadoras?		
Promove a igualdade de oportunidades?		
Promove a educação nos valores democráticos?		
Promove um modelo de cidade sustentável?		
Promove a convivência cidadã?		
Promove um estilo de vida saudável?		
Promove a cultura, a identidade ou o sentimento de pertença?		
Promove uma cidadania ativa?		

 EFEITOS	SIM	NÃO
Teve os efeitos educadores procurados?		
Quais?		
Teve efeitos educadores não previstos?		
Quais?		
É possível aumentar potencial educativo do programa ou atividade?		
Como?		
Foi detetado algum efeito deseducador?		
Qual?		
Como se poderia reverter?		

 COLABORAÇÃO	SIM	NÃO
Trata-se de um projeto colaborativo entre áreas ou departamentos?		
Contempla mecanismos para partilhar informação entre diferentes departamentos?		
Promove a coordenação entre administrações?		
Potencia o trabalho em rede com outras entidades da sociedade civil?		
Foi identificada a falta de alguma área ou parte da administração local na implementação do programa?		
Qual?		
Foi identificada a falta de algum agente / entidade na implementação do programa?		
Qual?		

 PARTICIPAÇÃO	SIM	NÃO
Contempla a participação cidadã na conceção do programa?		
Contempla a participação cidadã na implementação do programa?		
Contempla a participação cidadã na avaliação do programa?		

 AVALIAÇÃO	SIM	NÃO
Contempla mecanismos de informação e divulgação aos cidadãos?		
Foi realizado algum tipo de avaliação sobre a satisfação dos destinatários?		
Principais conclusões:		
Foi realizada algum tipo de avaliação sobre o impacto do programa?		
Principais conclusões:		

ANEXO 7.

CHECK LIST DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS DA SOCIEDADE CIVIL

Conhecer os programas e atividades que se realizam no município permite identificar possíveis relações de colaboração que possam ajudar a identificar possíveis áreas em que falta intervenção. Seguem-se duas fichas de recolha de informação:

1 Esta primeira ficha deve ser entendida como um instrumento de recolha de informação, para produzir o catálogo de atividades/programas educativos da cidade.

NOME DO PROGRAMA / ATIVIDADE:

ENTIDADE RESPONSÁVEL:

BREVE DESCRIÇÃO DO PROGRAMA / ATIVIDADE:

.....

PERFIL DE DESTINATÁRIOS

Descrição breve do perfil dos destinatários, disponibilizando percentagens (mulheres, população imigrante, grupos etários) se estiverem disponíveis.

PESSOAL

Conta com pessoal profissional contratado? Faça uma descrição breve.

Conta com pessoal voluntário? Faça uma descrição breve.

 ORÇAMENTO DA ATIVIDADE	SIM	NÃO
Orçamento aproximado da atividade:		
É uma atividade gratuita?		
Existe um sistema de bolsas ou subvenção?		
Consta de orçamento público?		
Consta de orçamento privado?		

2 Esta segunda ficha deve ser entendida como uma primeira avaliação das experiências educadoras. As questões levantadas servem para divulgar os aspetos de especial relevância para a Cidade Educadora, facilitando assim a autoavaliação pela entidade organizadora.

NOME DO PROGRAMA / ATIVIDADE:

 OBJETIVOS	SIM	NÃO
Persegue um objetivo explicitamente educativo?		
Cobre algum objetivo educativo sem ser de forma explícita?		
Responde a alguns dos princípios da Carta das Cidades Educadoras?		
Promove a igualdade de oportunidades?		
Promove a educação nos valores democráticos?		
Promove um modelo de cidade sustentável?		
Promove a convivência cidadã?		
Promove um estilo de vida saudável?		
Promove a cultura, a identidade ou o sentimento de pertença?		
Promove uma cidadania ativa?		

 EFEITOS	SIM	NÃO
Produziu os efeitos educadores expectáveis?		
Quais?		
Produziu efeitos educadores não previstos?		
Quais?		
É possível aumentar o potencial educativo do programa ou atividade?		
Como?		
Foi detetado algum efeito deseducador?		
Qual?		
Como se poderia reverter?		

 COLABORAÇÃO	SIM	NÃO
Conta com a colaboração da administração local?		
Promove o trabalho em rede com outras entidades da sociedade civil?		
Qual?		
Foi identificada a falta de algum agente / entidade na implementação do programa?		
Qual?		

 PARTICIPAÇÃO	SIM	NÃO
Contempla a participação dos cidadãos na conceção do programa?		
Contempla a participação dos cidadãos na implementação do programa?		
Contempla a participação dos cidadãos na avaliação do programa?		

 AVALIAÇÃO	SIM	NÃO
Foi feito algum tipo de avaliação sobre a satisfação dos destinatários?		
Principais conclusões:		
Foi feito algum tipo de avaliação sobre o impacto do programa?		
Principais conclusões:		

ANEXO 8. GRUPO DE TRABALHO E ACOMPANHAMENTO

O estabelecimento de grupos de trabalho mistos (Câmara Municipal, entidades da sociedade civil, universidades, especialistas e cidadãos a título individual) tem de permitir a implementação das ações acordadas para cada objetivo (fase inicial), bem como uma monitorização conjunta dos progressos realizados e das questões ainda pendentes em cada uma das metas assinaladas (acompanhamento).

FASE INICIAL

 Meta/objetivo

.....
.....

 Que atores participam ou devem ser chamados a participar (podem ser convidados a participar) na consecução deste objetivo?

.....



 Que programas/ações da administração local podem ser identificados como instrumentos neste âmbito?

.....

FASE INICIAL

 Que programas/ações da sociedade civil podem ser identificados como instrumentos neste âmbito?

.....

 Que ações e/ou alterações são necessárias para a consecução deste objetivo?

.....



 Quais os principais obstáculos que são esperados ao longo do programa? Como se poderia resolver?

.....

.....
.....
.....
.....



FASE INICIAL

 Ideias ou propostas a trabalhar a curto, médio e longo prazo:

 A CURTO PRAZO:

-
-
-
-
-
-
-
-

 A MÉDIO PRAZO:

-
-
-
-
-
-
-
-
-

 A LONGO PRAZO:

-
-
-
-
-
-
-
-

ACOMPANHAMENTO

 Âmbito temático

-
-

 Que programas/ações foram realizados durante este último ano?

-
-
-
-
-
-
-
-
-
-

 Que programas/ações constituem novidade em relação ao ano anterior?

-
-
-
-
-
-
-



ACOMPANHAMENTO

 Que programas/ações sofreram alguma modificação ou não estão mais em vigor?

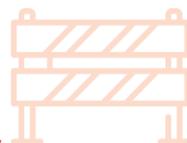
-
-
-
-
-
-
-

 Que progressos foram observados?

-
-
-
-
-

 Quais os principais obstáculos que são esperados ao longo do programa? Como se poderia resolver?

-
-
-
-
-
-
-
-



ACOMPANHAMENTO

 Que desafios estão ainda por trabalhar?

-
-
-
-
-
-



 Ideias ou propostas a trabalhar a curto, médio e longo prazo:

 A CURTO PRAZO:

-
-
-
-
-
-

 A MÉDIO PRAZO:

-
-
-
-
-
-

 A LONGO PRAZO:

-
-
-
-
-
-

ANEXO 9.

PERGUNTAS CHAVE PARA A CONCEÇÃO E CONSTRUÇÃO DA CIDADE EDUCADORA

1. VONTADE POLÍTICA (nível de compromisso com a construção de uma Cidade Educadora)



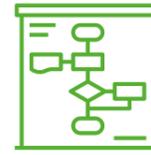
- » É apenas um projeto da equipa do executivo ou é partilhado pelas diferentes forças políticas?
- » Orientações políticas: as propostas de Cidade Educadora encontram-se no Plano estratégico da cidade /Plano de Atividades Municipal / outros?
- » Existe uma liderança alta, média ou baixa no processo de construção de uma Cidade Educadora pelo prefeito/presidente da câmara?
- » Recursos disponíveis: Existe uma dotação económica para materializar as propostas de Cidade Educadora?

2. ORGANIZAÇÃO INTERNA



- » Existe pessoal municipal com atribuições (dedicação exclusiva ou parcial) e capacidade para mobilizar outros departamentos municipais?
- » Existe um órgão para promover a Cidade Educadora?
 - De que área depende?
 - Com que pessoal e infraestruturas (gabinete, PC's..) conta?
- » Existem referências em cada área ou departamento para o diálogo sobre o tema da Cidade Educadora?
- » Existe um espaço de Encontro entre as diferentes áreas municipais?
 - Quais são as funções deste espaço?
 - Que áreas de atuação o integram?
 - Qual é a periodicidade das reuniões?
 - Que aspetos se trabalham neste espaço?
 - É considerado um alto, médio ou baixo envolvimento dos diferentes responsáveis políticos?
 - É considerado um alto, médio ou baixo envolvimento do pessoal municipal das diferentes áreas?
 - Qual é o grau de assistência e satisfação?
 - Existe acompanhamento externo, por exemplo, por parte de alguma universidade? Em que consiste?
- » No caso de não existir um espaço de Encontro, como se trabalha com as diferentes áreas municipais?

3. PLANO DE TRABALHO



- » Foi realizado um trabalho de difusão e reflexão da Carta das Cidades Educadoras entre as diferentes áreas municipais?
- » Houve reflexão sobre o impacto educativo nos diferentes programas municipais?
- » É promovida a participação dos cidadãos nas iniciativas municipais?
- » Foi realizado um mapeamento das boas práticas de Cidade Educadora existentes?
- » Foi concebido um plano de trabalho?
 - Foram identificadas as necessidades (a curto, médio e longo prazo)?
 - Foram definidas as estratégias, atuações, recursos, e benefícios que se espera alcançar?
 - Foram estabelecidas as ações prioritárias?
 - Foram repartidas tarefas (quem faz o quê) e foi estabelecido um calendário de trabalho?
 - Foi estabelecido um sistema de acompanhamento dos acordos?
 - Foram definidos indicadores de avaliação?

4. OPORTUNIDADES DE FORMAÇÃO



- » Existe um plano de formação periódica de acordo com o Plano de Ação existente?
 - Para o pessoal que gere a Cidade Educadora
 - Para os dirigentes do Governo municipal
 - Para funcionários (técnicos)
- » Que temas foram trabalhados e como?
- » Esta formação é dada por uma entidade externa (universidade, instituto de investigação, ...)?

5. TRABALHO EM REDE LOCAL



- » Foi feito um mapeamento de entidades da sociedade civil que se poderiam juntar na construção da Cidade Educadora?
- » Foi feito um trabalho de difusão e reflexão da Carta de Cidades Educadoras com diferentes entidades da sociedade civil?
- » Existe alguma plataforma de articulação da Cidade Educadora com a sociedade civil?
 - Que entidades fazem parte?
 - Foram incorporadas, de início, entidades não estritamente educativas?
 - Foram incorporadas entidades com quem, anteriormente não havia colaboração em matéria educativa?
 - A que grandes áreas se dedica a sua atividade?
 - Qual a periodicidade das reuniões?
 - É considerado um alto, médio ou baixo envolvimento, das instituições e dos responsáveis políticos?

Lined writing area consisting of 25 horizontal dotted lines for text entry.





www.edcities.org